

**boletim municipal**

agosto 2021

O Boletim Municipal do Município de Évora tem periodicidade mensal e nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do Código do Procedimento Administrativo inclui única e exclusivamente a publicação das deliberações dos órgãos autárquicos bem como as decisões dos respectivos titulares e trabalhadores, destinadas a ter eficácia externa.

O Boletim Municipal pode ser consultado no sítio oficial na internet da Câmara Municipal de Évora ([www.cm-evora.pt](http://www.cm-evora.pt)) e está igualmente disponível nos Serviços Municipais.

## CÂMARA MUNICIPAL

**EDITAL N.º 2/2021**

Nos termos do artigo 77.º e dos n.ºs 1 e 4 do artigo 78.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, torna-se público que a Câmara Municipal de Évora emitiu em 21.07.2021 o **ADITAMENTO N.º 1 AO ALVARÁ DE LICENCIAMENTO DE LOTEAMENTO N.º 1/2014**, emitido em nome de **RBB - Promoção e Construção Civil, Lda**, contribuinte n.º 503722936, que titulou o licenciamento da operação de

loteamento do prédio sito na **Horta dos Malhões, Chafariz D'El Rei, em Évora**, da freguesia da Senhora da Saúde, descrito na Conservatória do Registo Predial de Évora sob o n.º 512/20080708 e inscrito na matriz predial urbana sob os artigos 2977, 2976 e 2975, da respetiva freguesia.

- O presente aditamento foi requerido por **Memologus - Serviços Médicos, Lda**, portador do número de contribuinte 507607112, proprietário do prédio sito na **Horta dos Malhões, Rua C, Lote 1, em Évora**, da freguesia da União de Freguesias do Bacelo e Senhora da Saúde, atualmente descrita na Conservatória do Registo Predial de Évora sob o n.º 1126/20141209 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 5939, respetivamente.

- A operação de loteamento foi aprovada por deliberação de Câmara de **18.11.2020**.

- Área abrangida pelo PUE - Plano de Urbanização de Évora.

- As alterações ao alvará constam de alterar o uso do lote 1, da Rua C, passando de comércio/serviços para habitação.

Évora, Paços do Concelho, 2 de agosto de 2021

Por Subdelegação de Competências do Vereador do Pelouro

A CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA

Elsa Carvalho, Arqt.<sup>a</sup>

ATADM EVR 2021/167

## EDITAL

**Carlos Manuel Rodrigues Pinto de Sá, Presidente da Câmara Municipal de Évora**, dá publicidade, nos termos do artigo 56º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, das seguintes deliberações tomadas na Reunião Pública de Câmara de 11 de agosto de 2021.

### I - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

## II - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

## 1. PRESIDÊNCIA E VEREACÃO

**PRESIDENTE DA CÂMARA**

**Propostas para deliberação**

**1.1. Prestação de Contas Consolidadas - Relatório de Gestão Consolidado do Município de Évora 2020. Aprovado por maioria com a abstenção do senhor Vereador João Ricardo.**

**1.2. Plano Estratégico Évora 2030 / Candidatura de Évora a capital Europeia da Cultura. *Aprovado por unanimidade.***

**Para conhecimento**

**1.3. Ponto de Situação sobre a Pandemia no Concelho.** *Tomado conhecimento.*

**1.4. Informação Económica e Financeira do Município.** *Tomado conhecimento.*

VEREADOR EDUARDO LUCIANO

Para conhecimento

**1.5. Carta de Valores Patrimoniais do Centro Histórico de Évora. Tomado conhecimento.**

## 2. ADMINISTRAÇÃO GERAL E PESSOAL

### Propostas para deliberação

**2.1. 10º Relatório semestral do Plano de Saneamento Financeiro**  
- junho de 2021. *Aprovado por maioria com a abstenção do senhor Vereador João Ricardo.*

**2.2. Anulação de Receita Incobrável. Aprovado por unanimidade.**

### Proposta para ratificação

**2.3. Concurso público para empreitada de Remodelação da Cobertura do Edifício do Paços do Concelho. *Aprovado por unanimidade.***

### 3. CULTURA, PATRIMÔNIO E CENTRO HISTÓRICO

### Propostas para deliberação

**3.1. Direito de preferência sobre o imóvel sito na Rua João de Deus, 28, 1.º, fração B, em Évora, propriedade de Factor Extraordinário, Lda. Processo 1.449. *Aprovado por unanimidade.***

**3.2. Direito de preferência sobre o imóvel sito na Praça Joaquim António de Aguiar, 10, 10A, fração EM, em Évora, propriedade de GAM-GNCHO Asset Management, SA. Processo 1.1566. *Aprovado por unanimidade.***

**3.3.** Direito de preferência sobre o imóvel sito na Rua do Salvador Velho, 17, em Évora, propriedade de Carlos Alberto Faria Grilo. Processo 1.1906. *Aprovado por unanimidade.*

2





**9.2.** Empreitada: "Reabilitação do Salão Central Eborense". *Aprovado por unanimidade.*

## 10. AMBIENTE E MOBILIDADE

### Propostas para deliberação

**10.1.** Aquisição por ocupação de veículos em estacionamento indevido ou abusivo e seu envio para abate e desmantelamento - sem matrículas. *Aprovado por unanimidade.*

**10.2.** Aquisição por ocupação de veículos em estacionamento indevido ou abusivo e seu envio para abate e desmantelamento - 23-76-CV e 53-61-CR. *Aprovado por unanimidade.*

**10.3.** Centro de Vacinação COVID 19 - Colocação de Paragem Provisória dos Transportes Públicos de Évora. *Aprovado por unanimidade.*

## 11. FISCALIZAÇÃO MUNICIPAL

### Proposta para deliberação

**11.1.** Intimação para limpeza/gestão de matéria combustível de prédios privados - prevenção de risco de incêndio. *Aprovado por unanimidade.*

## 12. SÓCIO CULTURAL

### Proposta para deliberação

**12.1.** Apoio à Casa do Povo de Canaviais para melhoria das suas infraestruturas. *Aprovado por unanimidade.*

## III - PERÍODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO

**13 - APROVAÇÃO EM MINUTA** - Todas as deliberações foram aprovadas em minuta, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Évora, Paços do Concelho, 11 de agosto de 2021

O Presidente da Câmara

Carlos Pinto de Sá

## EDITAL

**Carlos Manuel Rodrigues Pinto de Sá**, Presidente da Câmara Municipal de Évora, faz público, nos termos do n.º 3 do artigo 7.º da lei n.º 97/88, de 17 de agosto, que os locais por freguesia onde vão ser colocados painéis destinados exclusivamente à colocação da propaganda política em campanha eleitoral, da Eleição para os Órgãos das Autarquias Locais a realizar a 26 de setembro de 2021, são os seguintes:

FREGUESIA	LOCAL
União das Freguesias de Bacelo e Sr.ª da Saúde	- EN 18, frente à rua N.º Sr.ª de Fátima;
	- Cruzamento do Cruzeiro;
	- Rotunda de S. Bartolomeu;
	- Rotunda da Nau;
	- B.º de St.º António, junto ao Grupo Desportivo;
	- B.º do Degebe, junto à Estrada Nacional;
	- Rotunda da Lagril.

União das Freguesias de Malagueira e Horta das Figueiras	- Portas de Alconchel, junto à igreja dos Salesianos;
	- Av. Batalha do Salado, junto à estrada de Arraiolos;
	- Praça Zeca Afonso, junto ao edifício da junta;
	- Av. do Escurinho, junto à rua Dr. Fernando José Soares Pinheiro;
	- Estrada das Alcáçovas, junto à entrada da Vila Lusitano;
	- B.º da Torregela, junto à Associação de Moradores;
Canaviais	- B.º da Casinha - rua Delfim Santos, junto à estrada das Alcáçovas.
	- Estrada da Chainha, junto à paragem do autocarro;
Estrada dos Canaviais, junto à paragem do autocarro (frente à rua 4 de outubro);	
N.º Sr.ª da Graça do Dóro	- Junto à Junta de Freguesia
N.º Sr.ª de Machede	- À entrada da ponte
Torre de Coelheiros	- Junto ao campo de futebol
S. Miguel de Machede	- EN - à entrada de Évora
S. Bento do Mato - Azaruja	- Junto ao campo de futebol;
	- Junto à Praça de Touros
União das Freguesias de S. Manços e S. Vicente do Pigeiro	- Junto à antiga escola (S. Manços);
	- Junto à rua Sr.ª da Ajuda /Av. Augustus
	- Junto à escola primária (S. Vicente do Pigeiro)
União das Freguesias de S. Sebastião da Giesteira e N.º Sr.ª da Boa-Fé	- Rua N.º Sr.ª da Guia;
	- Cruzamento de acesso à Igreja
União das Freguesias de N.º Sr.ª da Tourega e N.º Sr.ª de Guadalupe	- Estrada de acesso, junto à entrada da aldeia
	- Largo da Igreja

Évora, Paços do Concelho, 16 de agosto de 2021

O Presidente da Câmara

Carlos Pinto de Sá

## EDITAL

### LIMPEZA DE MATÉRIA COMBUSTÍVEL

**Carlos Manuel Rodrigues Pinto de Sá**, Presidente da Câmara Muni-





O Presidente da Câmara  
Carlos Pinto de Sá

O Vereador do Pelouro  
Eduardo Luciano

## EDITAL

### Constituição de Bolsa de Agentes Eleitorais

LOCALIZAÇÃO	FREGUESIA
Rua Humberto Delgado, n.º 20	Torre de Coelheiros
Rua de Évora, n.º 1	Torre de Coelheiros
Rua 25 de Abril, n.º 9	Torre de Coelheiros
Rua Estevão dos Reis, entre o n.º 7 e 11	Canaviais
Rua Diogo Dias Melgaz, esquina c/ a estrada das Alcâçovas	Malagueira e Horta das Figueiras
Rua Maria Auxiliadora, n.º 80 e 82	Malagueira e Horta das Figueiras
Rua Principal de Santa Maria, 80 – Bairro de Santa Maria	Malagueira e Horta das Figueiras
Rua dos Anjos (junto ao n.º 26) – Canaviais	Canaviais

Em face da particular gravidade em termos de carga de incêndio, do incómodo gerado nos moradores vizinhos, e na má imagem impactante no ambiente urbano, a medida é urgente, ficando dispensada a audiência prévia dos interessados nos termos previstos no artigo 124.º, n.º 1, alínea a), do Código de Procedimento Administrativo. Em caso de incumprimento, poderá a Câmara Municipal de Évora «substituir-se na limpeza aos proprietários ou quaisquer titulares

**3.3. Direito de preferência sobre o imóvel sito na Rua Bernardo de Matos nºs. 32, 34 e 34 A, propriedade de Ana Luísa Piteira da Silva e**





**6.46.** Pedido de aprovação dos projetos arquitetura/legalização, águas e esgotos e ficha de segurança contra incêndios/Avenida Combatentes da Grande Guerra, N.º 29, em Évora. Req: Fidelidade





Property Elrope, SA. Processo 1.16036. *Aprovado por unanimidade.*

## **7. DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO**

### **Proposta para deliberação**

**7.1.** Feira Medieval 2021 / Isenção do pagamento de taxa de ocupação de espaço público. Requerente: Associação Velha Lamparina. *Aprovado por unanimidade.*

## **8. ORDENAMENTO E REABILITAÇÃO URBANA**

### **Propostas para deliberação**

**8.1.** Projeto de Acessibilidades da Escola EB 1 do Bairro da Câmara. Processo 133. *Aprovado por unanimidade.*

**8.2.** Plano de Pormenor de Salvaguarda do Centro Histórico de Évora (PPSCHE). Proc.º 630/ DORU. *Aprovado por unanimidade.*

## **9. SERVIÇOS OPERACIONAIS**

### **Proposta para deliberação**

**9.1.** Empreitada de Reabilitação do Edifício do Antigo Matadouro. Plano de Segurança e Saúde e Plano de Contingência. *Aprovado por unanimidade.*

**9.2.** Empreitada de Beneficiação da Fachada do Edifício dos Paços do Concelho. Plano de Segurança e Saúde. *Aprovado por unanimidade.*

## **10. AMBIENTE E MOBILIDADE**

### **Proposta para deliberação**

**10.1.** Aquisição por ocupação de veículo em estacionamento Aprovado por indevido ou unanimidade. abusivo e seu envio para abate e desmantelamento / sem matrícula. *Aprovado por unanimidade.*

## **11. FISCALIZAÇÃO MUNICIPAL**

### **Proposta para deliberação**

**11.1.** Intimação para limpeza/gestão de matéria combustível de prédios privados. Prevenção de risco de incêndio. *Aprovado por unanimidade.*

### **Proposta para retificação**

**11.2.** Retificação da deliberação de 11/08/2021, relativamente à intimação de um prédio que já se encontra limpo de matéria combustível à data da deliberação. *Aprovado por unanimidade.*

## **12. PROTEÇÃO CIVIL**

### **Propostas para deliberação**

**12.1.** Processo de Licenciamento 1.3865 /Quinta do Garcia. Aprovado por unanimidade. **12.2.** Protocolo estabelecido com o Município de Évora, Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil e Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Évora. Condições de contratação e funcionamento das Equipas de Intervenção Permanente no Concelho de Évora. *Aprovado por unanimidade.*

## **13. PRESIDENTE**

**13.1** Processo Disciplinar. *Adiado, por unanimidade, para a próxima reunião.*

**14. APROVAÇÃO EM MINUTA** - T odas as deliberações foram aprovadas em minuta, nos termos do n.º 3 do artigo 57 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Évora, Paços do Concelho, 25 de agosto de 2021

O Presidente da Câmara  
Carlos Pinto de Sá

Carlos Manuel Rodriguesnto de Sá, Presidente da Câmara Municipal de Évora, torna público que nos termos e para os efeitos do n.º 6 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, a Câmara Municipal na sua reunião ordinária de 11 de agosto de 2021 pela qual foi alterada a organização dos serviços do Município de Évora. A presente alteração está disponível para consulta em [www.cm-evora.pt](http://www.cm-evora.pt).

25 de agosto de 2021. - O Presidente da Câmara Municipal de Évora, Carlos Manuel Rodrigues Pinto de Sá.

### **Preâmbulo**

A atual organização dos serviços municipais, no respeitante ao modelo de estrutura orgânica, da estrutura nuclear e definição das unidades orgânicas nucleares, do número máximo de unidades orgânicas flexíveis, de subunidades e de equipas de projeto, bem como da definição das competências, da área, dos requisitos de recrutamento e da remuneração dos dirigentes intermédios de 3.º grau, foi aprovada pela Assembleia Municipal na sua sessão de 12/07/2019 e publicada na 2.ª série do *Diário da República* n.º 178, de 17 de setembro de 2019.

Já a caracterização e definição das unidades orgânicas flexíveis, das equipas de projeto, dos gabinetes de assessoria e apoio e dos serviços impostos por legislação específica foi aprovada por deliberação de Câmara Municipal de Évora de 14/08/2019, publicada no mesmo *Diário da República*.

Por fim, a criação de subunidades orgânicas foi executada por Despacho do Presidente da Câmara Municipal de Évora de 26/08/2019, também publicado no referido *Diário da República*.

Esta estrutura e organização dos serviços do Município de Évora teve e tem o seu suporte jurídico no Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro -diploma que estabelece o regime jurídico da organização dos serviços das autarquias locais-, e na Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, redação atual - procede à adaptação à administração local da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado.

Sucede que a Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto de 2018, ao estipular um vasto leque de competências a transferir para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, bem como os diplomas legais de âmbito setorial relativos às diversas áreas a descentralizar, entretanto publicados e que estabelecem disposições transitórias adequadas à gestão do procedimento de transferência em causa, exige que se adapte a estrutura orgânica interna de modo a incorporar as competências já transferidas e que não se encontrem já na mesma abrangidas.

Destarte, ao abrigo e nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, redação atual, introduzem-se as seguintes alterações à caracterização e definição das unidades orgânicas flexíveis, das equipas de projeto, dos gabinetes de assessoria e apoio e dos serviços impostos por legislação específica, aprovada por deliberação da Câmara Municipal de Évora de 14/08/2019:

### **Artigo 5.º**

[ ... ]

[ ... ]

1. - [ ... ]

[ ... ]

i) Enquadrar a atividade do Coordenador Municipal de Proteção Civil, fornecendo-lhe recursos para o acompanhamento operacional de situações em que este deva intervir, bem como para o desempe-

### **AVISO N.º 16877/2021**

*Aviso Sumário: Adaptação da estrutura interna às novas competências municipais.*

### **Adaptação da estrutura interna às novas competências municipais**





nho das suas funções em geral, de acordo com as competências a este atribuídas pela legislação em vigor;

[ ... ]

m) Elaborar o plano municipal de emergência de proteção civil, os planos municipais especiais de emergência de proteção civil e acompanhar a sua execução.

n) anterior alínea m) do n.º 1.

2 - [ ... ]

3 - O SMPC é dirigido pelo Coordenador Municipal de Proteção Civil (CMPC), que depende hierárquica e funcionalmente do Presidente da Câmara, mantendo uma permanente articulação com o Comandante Operacional previsto no Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro, tendo ainda as seguintes competências:

a) Acompanhar permanentemente e apoiar as operações de proteção e socorro que ocorram na área do concelho;

b) Promover a elaboração dos planos prévios de intervenção com vista à articulação de meios face a cenários previsíveis;

e) Promover reuniões periódicas de trabalho sobre matérias de proteção e socorro;

d) Dar parecer sobre os materiais e equipamentos mais adequados à intervenção operacional no respetivo município;

e) Comparecer no local das ocorrências sempre que as circunstâncias o aconselhem;

f) Convocar e coordenar o CCOM, nos termos previstos no SIOPS;

g) Todas as demais que lhe forem atribuídas por lei.

Artigo 12.º

[ ... ]

1 - [ ... ]

[ ... ]

h) Receber as meras comunicações prévias de espetáculos de natureza artística.

2 - [ ... ]

[ ... ]

3 - [ ... ]

[ ... ]

4 - [ ... ]

Artigo 15.º

[ ... ]

[ ... ]

1 - [ ... ]

[ ... ]

p) Apreciar e submeter a decisão os pedidos de autorização de exploração das modalidades afins de jogos de fortuna ou azar e outras formas de jogo.

[ ... ]

Artigo 20.º

[ ... ]

1 - [ ... ]

[ ... ]

2 - [ ... ]

[ ... ]

3 - [ ... ]

[ ... ]

m) Monitorizar, em articulação com a Divisão de Fiscalização Municipal, toda a rede viária e

de estacionamento na sua área de atuação;

n) Colaborar na comunicação às autoridades policiais e/ou à autoridade rodoviária das necessidades detetadas ao nível da manutenção, reparação e conservação das zonas de estrada.

## AUTO DE TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA O EXERCÍCIO DAS COMPETÊNCIAS TRANSFERIDAS POR LEI N.º 1/2022

Considerando que:

1 - A Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto - Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais - estabeleceu, no seu Capítulo IV, as novas competências dos órgãos das freguesias.

2 - O seu artigo 38º, n.º 2 identifica as novas competências transferidas pelos municípios.

3 - Por sua vez, o Decreto-lei n.º 57/2019, de 30 de abril concretiza a transferência de competências dos municípios para os órgãos das freguesias.

4 - Quer a Lei n.º 50/2018 (cfr. o seu artigo 39º, n.º 4) quer o Decreto-lei n.º 57/2019 (cfr. o seu artigo 2º, n.º 3) permitem manter as competências transferidas por lei dos municípios para as freguesias na esfera da competência dos municípios.

5 - Estamos perante uma cláusula de salvaguarda que permite à Assembleia Municipal contrariar os efeitos decorrentes da lei de transferência de competências para as freguesias caso nada deliberasse em contrário.

6 - Foi ao abrigo desta cláusula de salvaguarda que a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, no dia 18 de dezembro de 2020, não transferir uma série de competências para cada uma das freguesias.

7 - Por sua vez, o artigo 38º, n.º 5 da Lei n.º 50/2018 estabelece que os recursos financeiros afetos às transferências de novas competências para as freguesias, pelos municípios, provém do orçamento municipal, após deliberação da assembleia municipal e de freguesia, não podendo ser inferiores aos constantes de acordos ou contratos respeitantes às mesmas matérias.

8 - Em concretização desta disposição legal, o Decreto-lei n.º 57/2019 veio estabelecer a tramitação processual adequada à transferência de recursos (não de competências, porque essas operaram-se direta e automaticamente por lei) que acompanham as novas competências das freguesias transferidas pelos municípios.

9 - A câmara municipal e cada uma das juntas de freguesia acordaram uma proposta para a transferência de recursos para as freguesias, com vista ao exercício das competências transferidas pelo município, a qual deve conter a indicação dos recursos humanos e/ou patrimoniais e/ou financeiros que, **anualmente**, são transferidos para cada uma das freguesias na decorrência da transferência das competências.

10 - A proposta para a transferência de recursos foi aprovada em reunião da Câmara Municipal de Évora realizada em 19/05/2021 e da Junta da União de Freguesias do Bacelo e Senhora da Saúde realizada em 31/05/2021;

11 - A proposta para a transferência de recursos foi aprovada em reunião da Assembleia Municipal de Évora realizada em 25/06/2021 e da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias do Bacelo e Senhora da Saúde realizada em 22/06/2021.

12 - A negociação prévia obedeceu aos princípios da igualdade, da não discriminação, da estabilidade, da prossecução do interesse público, da continuidade da prestação do serviço público e da necessidade e suficiência dos recursos.

13 - A presente transferência de recursos tem como objetivos a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-









14 - A presente transferência de recursos abrange os domínios dos interesses próprios das populações das freguesias.

15 - É convicção deste município de que as freguesias do concelho de Évora garantem uma prestação serviços de qualidade às suas populações, através de uma utilização racional dos recursos que para tanto lhes são disponibilizados.

16 - A avaliação relativamente à execução dos Acordos de Execução celebrados com as juntas de freguesia do concelho de Évora em anos anteriores se revelou francamente positiva.

17 - O município de Évora promoveu os estudos necessários, assegurando que a concretização desta transferência de recursos assegura a demonstração dos seguintes requisitos:

- O não aumento da despesa pública global;
- O aumento da eficiência da gestão dos recursos pelas freguesias;
- Os ganhos de eficácia do exercício das competências pelas freguesias;
- O cumprimento dos objetivos de aproximação das decisões aos cidadãos, a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis;
- A articulação entre os diversos níveis da administração pública.

18 - As transferências de competências têm caráter universal, sendo diferenciadas em função da natureza e dimensão das freguesias, considerando a sua população e capacidade de execução.

É pois, à luz deste novo formato jurídico que agora é presente e abaixo transcrita a minuta de Auto de Transferência de recursos que acompanham as novas competências das freguesias transferidas dos municípios por Lei.

Entre o Município de Évora, do Pessoa Coletiva de Direito Público número 504 828 576, com sede na Praça do Sertório, Paços do Concelho, em Évora, representada pelo seu Presidente Carlos Manuel Rodrigues Pinto de Sá, como Primeira Outorgante,

E a Freguesia de Canaviais, Pessoa Coletiva de Direito Público número 506778746 com sede em Praça Joaquim José Calado Piteira, nº 1, em Évora, representada pelo seu Presidente Jerónimo António Vaqueiro José, como Segunda Outorgante, é celebrado, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 6.º do Decreto-lei n.º 57/2019, de 30 de abril, o presente **Auto de Transferência de Recursos para o ano 2022**, que se rege pelas cláusulas seguintes:

#### **Cláusula 1.ª | Objeto do Auto**

O presente Auto tem por objeto a transferência de recursos do Município de Évora para a Junta de Freguesia de Canaviais, no que diz respeito às competências transferidas que se enumeram:

- Espaços verdes (conforme disposto na alínea a) do nº 1 do artigo 2º, do DL 57/2019 de 30 de abril).
- Limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros (conforme disposto na alínea b) do nº 1 do artigo 2º, do DL 57/2019 de 30 de abril).
- Mobiliário urbano (conforme disposto na alínea c) do nº 1 do artigo 2º, do DL 57/2019 de 30 de abril).
- Feiras e mercados (conforme disposto na alínea d) do nº 1 do artigo 2º, do DL 57/2019 de 30 de abril).
- Estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1º ciclo (conforme disposto na alínea e) do nº 1 do artigo 2º, do DL 57/2019 de 30 de abril).
- Envolventes dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1º ciclo (conforme disposto na alínea f) do nº 1 do artigo 2º, do DL 57/2019 de 30 de abril).

#### **Cláusula 2.ª | Forma do Auto**

O presente Auto é celebrado por escrito e composto pelo respetivo clausulado e anexos que dele fazem parte integrante.

#### **Cláusula 3.ª | Disposições e cláusulas por que se rege o Auto**

1. Na execução do presente Auto observar-se-ão:

- a) O respetivo clausulado e o estabelecido em todos os anexos que dele fazem parte integrante;
- b) A Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- c) A Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto;
- d) O Decreto-lei n.º 57/2019, de 30 de abril;

2. Subsidiariamente observar-se-ão, ainda:

- a) As disposições constantes do Código Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e sucessivas alterações legislativas, em especial da sua Parte III, com as devidas adaptações;
- b) O Código do Procedimento Administrativo.

#### **Cláusula 4.ª | Prazo do Auto**

O período de vigência do Auto coincide com o ano de 2022.

#### **Cláusula 5.ª | Fontes de Financiamento e modo de afetação**

Para as competências assumidas pela Junta da Freguesia de Canaviais definidas na Cláusula Primeira, é atribuído financiamento no montante global de 48.977,50 € (quarenta e oito mil, novecentos e setenta e sete euros e cinquenta cêntimos), que se encontra inscrito nas Opções do Plano e Orçamento do Município.

#### **Cláusula 6.ª | Recursos Financeiros**

Os recursos financeiros destinados ao cumprimento deste Auto são disponibilizados pela Primeira Outorgante e transferidos para a Segunda Outorgante com periodicidade mensal, até ao limite máximo anual.

#### **Cláusula 7.ª | Recursos Patrimoniais**

Não são transferidos quaisquer recursos patrimoniais com o presente Auto.

#### **Cláusula 8.ª | Recursos Humanos**

Não são transferidos quaisquer recursos humanos com o presente Auto.

#### **Cláusula 9.ª | Direitos da Primeira Outorgante**

Constituem direitos da Primeira Outorgante:

- a) Acompanhar a transferência dos Recursos nos termos do presente Auto;
- b) Solicitar à Segunda Outorgante informações e documentação.

#### **Cláusula 10.ª | Obrigações da Primeira Outorgante**

No âmbito do presente Auto, a Primeira Outorgante obriga-se a:

- a) Transferir os recursos financeiros indicados na cláusula 6ª;
- b) Verificar o cumprimento da utilização dos Recursos ora transferidos;
- c) Elaborar um relatório anual de análise.

#### **Cláusula 11.ª | Direitos da Segunda Outorgante**

Constituem direitos da Segunda Outorgante:

- a) Receber atempadamente as transferências;
- b) Solicitar à Primeira Outorgante apoio técnico no planeamento da intervenção.

#### **Cláusula 12.ª | Obrigações da Segunda Outorgante**

No âmbito do presente Auto, a Segunda Outorgante fica obrigada a:

- a) Proceder de forma correta e equilibrada à utilização dos Recursos transferidos;
- b) Pautar toda a sua atuação sob critérios de eficiência, eficácia e economia;
- c) Respeitar e fazer respeitar as normas legais e regulamentares aplicáveis a cada uma das competências;











-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis.

14 - A presente transferência de recursos abrange os domínios dos interesses próprios das populações das freguesias.

15 - É convicção deste município de que as freguesias do concelho de Évora garantem uma prestação serviços de qualidade às suas populações, através de uma utilização racional dos recursos que para tanto lhes são disponibilizados.

16 - A avaliação relativamente à execução dos Acordos de Execução celebrados com as juntas de freguesia do concelho de Évora em anos anteriores se revelou francamente positiva.

17 - O município de Évora promoveu os estudos necessários, assegurando que a concretização desta transferência de recursos assegura a demonstração dos seguintes requisitos:

- O não aumento da despesa pública global;
- O aumento da eficiência da gestão dos recursos pelas freguesias;
- Os ganhos de eficácia do exercício das competências pelas freguesias;
- O cumprimento dos objetivos de aproximação das decisões aos cidadãos, a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis;
- A articulação entre os diversos níveis da administração pública.

18 - As transferências de competências têm caráter universal, sendo diferenciadas em função da natureza e dimensão das freguesias, considerando a sua população e capacidade de execução.

É pois, à luz deste novo formato jurídico que agora é presente e abaixo transcrita a minuta de Auto de Transferência de recursos que acompanham as novas competências das freguesias transferidas dos municípios por Lei.

Entre o Município de Évora, do Pessoa Coletiva de Direito Público número 504 828 576, com sede na Praça do Sertório, Paços do Concelho, em Évora, representada pelo seu Presidente Carlos Manuel Rodrigues Pinto de Sá, como Primeira Outorgante,

E

a União de Freguesias da Malagueira e da Horta das Figueiras, Pessoa Coletiva de Direito Público número 510837697 com sede na Praceta Zeca Afonso, nº 15, em Évora, representada pelo seu Presidente José da Silva Costa Russo, como Segunda Outorgante, é celebrado, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 6.º do Decreto-lei n.º 57/2019, de 30 de abril, o presente **Auto de Transferência de Recursos para o ano 2022**, que se rege pelas cláusulas seguintes:

#### **Cláusula 1.ª | Objeto do Auto**

O presente Auto tem por objeto a transferência de recursos do Município de Évora para a União de Freguesias da Malagueira e Horta das Figueiras, no que diz respeito às competências transferidas que se enumeram:

- Mobiliário urbano (conforme disposto na alínea c) do nº 1 do artigo 2º, do DL 57/2019 de 30 de abril).
- Estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1º ciclo (conforme disposto na alínea e) do nº 1 do artigo 2º, do DL 57/2019 de 30 de abril).
- Envolventes dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1º ciclo (conforme disposto na alínea f) do nº 1 do artigo 2º do DL 57/2019 de 30 de abril).

#### **Cláusula 2.ª | Forma do Auto**

O presente Auto é celebrado por escrito e composto pelo respetivo clausulado e anexos que dele fazem parte integrante.

#### **Cláusula 3.ª | Disposições e cláusulas por que se rege o Auto**

1. Na execução do presente Auto observar-se-ão:

a) O respetivo clausulado e o estabelecido em todos os anexos que dele fazem integrante;

b) A Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

c) A Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto;

d) O Decreto-lei n.º 57/2019, de 30 de abril;

2. Subsidiariamente observar-se-ão, ainda:

a) As disposições constantes do Código Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e sucessivas alterações legislativas, em especial da sua Parte III, com as devidas adaptações;

b) O Código do Procedimento Administrativo.

#### **Cláusula 4.ª | Prazo do Auto**

O período de vigência do Auto coincide com o ano de 2022.

#### **Cláusula 5.ª | Fontes de Financiamento e modo de afetação**

Para as competências assumidas pela União de Freguesias da Malagueira e Horta das Figueiras definidas na Cláusula Primeira, é atribuído financiamento no montante global de 90.313,00 € (noventa mil trezentos e treze euros), que se encontra inscrito nas Opções do Plano e Orçamento do Município.

#### **Cláusula 6.ª | Recursos Financeiros**

Os recursos financeiros destinados ao cumprimento deste Auto são disponibilizados pela Primeira Outorgante e transferidos para a Segunda Outorgante com periodicidade mensal, até ao limite máximo anual.

#### **Cláusula 7.ª | Recursos Patrimoniais**

Não são transferidos quaisquer recursos patrimoniais com o presente Auto.

#### **Cláusula 8.ª | Recursos Humanos**

Não são transferidos quaisquer recursos humanos com o presente Auto.

#### **Cláusula 9.ª | Direitos da Primeira Outorgante**

Constituem direitos da Primeira Outorgante:

- a) Acompanhar a transferência dos Recursos nos termos do presente Auto;
- b) Solicitar à Segunda Outorgante informações e documentação.

#### **Cláusula 10.ª | Obrigações da Primeira Outorgante**

No âmbito do presente Auto, a Primeira Outorgante obriga-se a:

- a) Transferir os recursos financeiros indicados na cláusula 6ª;
- b) Verificar o cumprimento da utilização dos Recursos ora transferidos;
- c) Elaborar um relatório anual de análise.

#### **Cláusula 11.ª | Direitos da Segunda Outorgante**

Constituem direitos da Segunda Outorgante:

- a) Receber atempadamente as transferências;
- b) Solicitar à Primeira Outorgante apoio técnico no planeamento da intervenção.

#### **Cláusula 12.ª | Obrigações da Segunda Outorgante**

No âmbito do presente Auto, a Segunda Outorgante fica obrigada a:

- a) Proceder de forma correta e equilibrada à utilização dos Recursos transferidos;
- b) Pautar toda a sua atuação sob critérios de eficiência, eficácia e economia;
- c) Respeitar e fazer respeitar as normas legais e regulamentares aplicáveis a cada uma das competências;
- d) Entregar à Primeira Outorgante os relatórios a que se refere a Cláusula 14.ª.

#### **Cláusula 13.ª | Obrigações adicionais**



(José da Silva Costa Russo)

13 – A presente transferência de recursos tem como objetivos a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às popu-





lações e a racionalização dos recursos disponíveis.

14 - A presente transferência de recursos abrange os domínios dos interesses próprios das populações das freguesias.

15 - É convicção deste município de que as freguesias do concelho de Évora garantem uma prestação serviços de qualidade às suas populações, através de uma utilização racional dos recursos que para tanto lhes são disponibilizados.

16 - A avaliação relativamente à execução dos Acordos de Execução celebrados com as juntas de freguesia do concelho de Évora em anos anteriores se revelou francamente positiva.

17 - O município de Évora promoveu os estudos necessários, assegurando que a concretização desta transferência de recursos assegura a demonstração dos seguintes requisitos:

- O não aumento da despesa pública global;
- O aumento da eficiência da gestão dos recursos pelas freguesias;
- Os ganhos de eficácia do exercício das competências pelas freguesias;

• O cumprimento dos objetivos de aproximação das decisões aos cidadãos, a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis;

• A articulação entre os diversos níveis da administração pública.

18 - As transferências de competências têm caráter universal, sendo diferenciadas em função da natureza e dimensão das freguesias, considerando a sua população e capacidade de execução.

É pois, à luz deste novo formato jurídico que agora é presente e abaixo transcrita a minuta de Auto de Transferência de recursos que acompanham as novas competências das freguesias transferidas dos municípios por Lei.

Entre o Município de Évora, do Pessoa Coletiva de Direito Público número 504 828 576, com sede na Praça do Sertório, Paços do Concelho, em Évora, representada pelo seu Presidente Carlos Manuel Rodrigues Pinto de Sá, como Primeira Outorgante,

E

a Freguesia de Nossa Senhora da Graça do Divor, Pessoa Coletiva de Direito Público número 506805395 com sede na Rua 9 de Janeiro, em Nossa Senhora da Graça do Divor, representada pelo seu Presidente Isidro José de Oliveira Lobo, como Segunda Outorgante, é celebrado, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 6.º do Decreto-lei n.º 57/2019, de 30 de abril, o presente **Auto de Transferência de Recursos para o ano 2022**, que se rege pelas cláusulas seguintes:

#### **Cláusula 1.ª | Objeto do Auto**

O presente Auto tem por objeto a transferência de recursos do Município de Évora para a Freguesia de Nossa Senhora da Graça do Divor, no que diz respeito às competências transferidas que se enumeram:

- Espaços Verdes (conforme disposto na alínea a) do nº 1 do artigo 2º, do DL 57/2019 de 30 de abril).
- Limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros (conforme disposto na alínea b) do nº 1 do artigo 2º, do DL 57/2019 de 30 de abril).
- Mobiliário urbano (conforme disposto na alínea c) do nº 1 do artigo 2º, do DL 57/2019 de 30 de abril).
- Estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1º ciclo (conforme disposto na alínea e) do nº 1 do artigo 2º, do DL 57/2019 de 30 de abril).
- Envolventes dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1º ciclo (conforme disposto na alínea f) do nº 1 do artigo 2º, do DL 57/2019 de 30 de abril).

#### **Cláusula 2.ª | Forma do Auto**

O presente Auto é celebrado por escrito e composto pelo respetivo clausulado e anexos que dele fazem parte integrante.

#### **Cláusula 3.ª | Disposições e cláusulas por que se rege o Auto**

1. Na execução do presente Auto observar-se-ão:

- a) O respetivo clausulado e o estabelecido em todos os anexos que dele fazem parte integrante;
- b) A Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- c) A Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto;
- d) O Decreto-lei n.º 57/2019, de 30 de abril;

2. Subsidiariamente observar-se-ão, ainda:

- a) As disposições constantes do Código Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e sucessivas alterações legislativas, em especial da sua Parte III, com as devidas adaptações;
- b) O Código do Procedimento Administrativo.

#### **Cláusula 4.ª | Prazo do Auto**

O período de vigência do Auto coincide com o ano de 2022.

#### **Cláusula 5.ª | Fontes de Financiamento e modo de afetação**

Para as competências assumidas pela Junta de Freguesia de Nossa Senhora da Graça do Divor definidas na Cláusula Primeira, é atribuído financiamento no montante global de 35.750,00 € (trinta e cinco mil, setecentos e cinquenta euros), que se encontra inscrito nas Opções do Plano e Orçamento do Município.

#### **Cláusula 6.ª | Recursos Financeiros**

Os recursos financeiros destinados ao cumprimento deste Auto são disponibilizados pela Primeira Outorgante e transferidos para a Segunda Outorgante com periodicidade mensal, até ao limite máximo anual.

#### **Cláusula 7.ª | Recursos Patrimoniais**

Não são transferidos quaisquer recursos patrimoniais com o presente Auto.

#### **Cláusula 8.ª | Recursos Humanos**

Não são transferidos quaisquer recursos humanos com o presente Auto.

#### **Cláusula 9.ª | Direitos da Primeira Outorgante**

Constituem direitos da Primeira Outorgante:

- a) Acompanhar a transferência dos Recursos nos termos do presente Auto;
- b) Solicitar à Segunda Outorgante informações e documentação.

#### **Cláusula 10.ª | Obrigações da Primeira Outorgante**

No âmbito do presente Auto, a Primeira Outorgante obriga-se a:

- a) Transferir os recursos financeiros indicados na cláusula 6ª;
- b) Verificar o cumprimento da utilização dos Recursos ora transferidos;
- c) Elaborar um relatório anual de análise.

#### **Cláusula 11.ª | Direitos da Segunda Outorgante**

Constituem direitos da Segunda Outorgante:

- a) Receber atempadamente as transferências;
- b) Solicitar à Primeira Outorgante apoio técnico no planeamento da intervenção.

#### **Cláusula 12.ª | Obrigações da Segunda Outorgante**

No âmbito do presente Auto, a Segunda Outorgante fica obrigada a:

- a) Proceder de forma correta e equilibrada à utilização dos Recursos transferidos;
- b) Pautar toda a sua atuação sob critérios de eficiência, eficácia e economia;
- c) Respeitar e fazer respeitar as normas legais e regulamentares aplicáveis a cada uma das competências;
- d) Entregar à Primeira Outorgante os relatórios a que se refere a Cláusula 14.ª.





-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis.

14 - A presente transferência de recursos abrange os domínios dos interesses próprios das populações das freguesias.

15 - É convicção deste município de que as freguesias do concelho de Évora garantem uma prestação serviços de qualidade às suas populações, através de uma utilização racional dos recursos que para tanto lhes são disponibilizados.

16 - A avaliação relativamente à execução dos Acordos de Execução celebrados com as juntas de freguesia do concelho de Évora em anos anteriores se revelou francamente positiva.

17 - O município de Évora promoveu os estudos necessários, assegurando que a concretização desta transferência de recursos assegura a demonstração dos seguintes requisitos:

- O não aumento da despesa pública global;
- O aumento da eficiência da gestão dos recursos pelas freguesias;
- Os ganhos de eficácia do exercício das competências pelas freguesias;
- O cumprimento dos objetivos de aproximação das decisões aos cidadãos, a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis;
- A articulação entre os diversos níveis da administração pública.

18 - As transferências de competências têm caráter universal, sendo diferenciadas em função da natureza e dimensão das freguesias, considerando a sua população e capacidade de execução.

É pois, à luz deste novo formato jurídico que agora é presente e abaixo transcrita a minuta de Auto de Transferência de recursos que acompanham as novas competências das freguesias transferidas dos municípios por Lei.

Entre o Município de Évora, do Pessoa Coletiva de Direito Público número 504 828 576, com sede na Praça do Sertório, Paços do Concelho, em Évora, representada pelo seu Presidente Carlos Manuel Rodrigues Pinto de Sá, como Primeira Outorgante,  
E

a Freguesia de Nossa Senhora de Machede, Pessoa Coletiva de Direito Público número 506840336 com sede na Rua Eng.º Sebastião José Perdigão, nº 16, em Nossa Senhora de Machede representada pelo seu Presidente José Vitorino Piteira, como Segunda Outorgante, é celebrado, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 6.º do Decreto-lei n.º 57/2019, de 30 de abril, o presente **Auto de Transferência de Recursos para o ano 2022**, que se rege pelas cláusulas seguintes:

#### **Cláusula 1.ª | Objeto do Auto**

O presente Auto tem por objeto a transferência de recursos do Município de Évora para a Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Machede, no que diz respeito às competências transferidas que se enumeram:

- Espaços Verdes (conforme disposto na alínea a) do nº 1 do artigo 2º, do DL 57/2019 de 30 de abril).
- Limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros (conforme disposto na alínea b) do nº 1 do artigo 2º, do DL 57/2019 de 30 de abril).
- Mobiliário urbano (conforme disposto na alínea c) do nº 1 do artigo 2º, do DL 57/2019 de 30 de abril).
- Estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1º ciclo (conforme disposto na alínea e) do nº 1 do artigo 2º, do DL 57/2019 de 30 de abril).
- Envolventes dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do

1º ciclo (conforme disposto na alínea f) do nº 1 do artigo 2º, do DL 57/2019 de 30 de abril).

#### **Cláusula 2.ª | Forma do Auto**

O presente Auto é celebrado por escrito e composto pelo respetivo clausulado e anexos que dele fazem parte integrante.

#### **Cláusula 3.ª | Disposições e cláusulas por que se rege o Auto**

1. Na execução do presente Auto observar-se-ão:

a) O respetivo clausulado e o estabelecido em todos os anexos que dele fazem parte integrante;

b) A Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

c) A Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto;

d) O Decreto-lei n.º 57/2019, de 30 de abril;

2. Subsidiariamente observar-se-ão, ainda:

a) As disposições constantes do Código Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e sucessivas alterações legislativas, em especial da sua Parte III, com as devidas adaptações;

b) O Código do Procedimento Administrativo.

#### **Cláusula 4.ª | Prazo do Auto**

O período de vigência do Auto coincide com o ano de 2022.

#### **Cláusula 5.ª | Fontes de Financiamento e modo de afetação**

Para as competências assumidas pela Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Machede definidas na Cláusula Primeira, é atribuído financiamento no montante global de 55.224,18 € (cinquenta e cinco mil, duzentos e vinte e quatro euros e dezoito cêntimos), que se encontra inscrito nas Opções do Plano e Orçamento do Município.

#### **Cláusula 6.ª | Recursos Financeiros**

Os recursos financeiros destinados ao cumprimento deste Auto são disponibilizados pela Primeira Outorgante e transferidos para a Segunda Outorgante com periodicidade mensal, até ao limite máximo anual.

#### **Cláusula 7.ª | Recursos Patrimoniais**

Não são transferidos quaisquer recursos patrimoniais com o presente Auto.

#### **Cláusula 8.ª | Recursos Humanos**

Não são transferidos quaisquer recursos humanos com o presente Auto.

#### **Cláusula 9.ª | Direitos da Primeira Outorgante**

Constituem direitos da Primeira Outorgante:

a) Acompanhar a transferência dos Recursos nos termos do presente Auto;

b) Solicitar à Segunda Outorgante informações e documentação.

#### **Cláusula 10.ª | Obrigações da Primeira Outorgante**

No âmbito do presente Auto, a Primeira Outorgante obriga-se a:

a) Transferir os recursos financeiros indicados na cláusula 6ª;

b) Verificar o cumprimento da utilização dos Recursos ora transferidos;

c) Elaborar um relatório anual de análise.

#### **Cláusula 11.ª | Direitos da Segunda Outorgante**

Constituem direitos da Segunda Outorgante:

a) Receber atempadamente as transferências;

b) Solicitar à Primeira Outorgante apoio técnico no planeamento da intervenção.

#### **Cláusula 12.ª | Obrigações da Segunda Outorgante**

No âmbito do presente Auto, a Segunda Outorgante fica obrigada a:

a) Proceder de forma correta e equilibrada à utilização dos Recursos transferidos;

b) Pautar toda a sua atuação sob critérios de eficiência, eficácia e economia;





## Cláusula 12.ª | Obrigações da Segunda Outorgante



11 - A proposta para a transferência de recursos foi aprovada em reunião da Assembleia Municipal de Évora realizada em 25/06/2021





e da Assembleia da Junta de Freguesia de S. Bento do Mato, realizada em 19/06/2021

12 - A negociação prévia obedeceu aos princípios da igualdade, da não discriminação, da estabilidade, da prossecução do interesse público, da continuidade da prestação do serviço público e da necessidade e suficiência dos recursos.

13 - A presente transferência de recursos tem como objetivos a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis.

14 - A presente transferência de recursos abrange os domínios dos interesses próprios das populações das freguesias.

15 - É convicção deste município de que as freguesias do concelho de Évora garantem uma prestação serviços de qualidade às suas populações, através de uma utilização racional dos recursos que para tanto lhes são disponibilizados.

16 - A avaliação relativamente à execução dos Acordos de Execução celebrados com as juntas de freguesia do concelho de Évora em anos anteriores se revelou francamente positiva.

17 - O município de Évora promoveu os estudos necessários, assegurando que a concretização desta transferência de recursos assegura a demonstração dos seguintes requisitos:

- O não aumento da despesa pública global;
- O aumento da eficiência da gestão dos recursos pelas freguesias;
- Os ganhos de eficácia do exercício das competências pelas freguesias;

• O cumprimento dos objetivos de aproximação das decisões aos cidadãos, a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis;

• A articulação entre os diversos níveis da administração pública.

18 - As transferências de competências têm caráter universal, sendo diferenciadas em função da natureza e dimensão das freguesias, considerando a sua população e capacidade de execução.

É pois, à luz deste novo formato jurídico que agora é presente e abaixo transcrita a minuta de Auto de Transferência de recursos que acompanham as novas competências das freguesias transferidas dos municípios por Lei.

Entre o Município de Évora, do Pessoa Coletiva de Direito Público número 504 828 576, com sede na Praça do Sertório, Paços do Concelho, em Évora, representada pelo seu Presidente Carlos Manuel Rodrigues Pinto de Sá, como Primeira Outorgante, E

a Freguesia de S. Bento do Mato, Pessoa Coletiva de Direito Público número 506797619 com sede na Rua Conde da Azarujinha, nº 3, em Azaruja, representada pelo seu Presidente Manuel Matias Bonito Recto, como Segunda Outorgante, é celebrado, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 6.º do Decreto-lei n.º 57/2019, de 30 de abril, o presente **Auto de Transferência de Recursos para o ano 2022**, que se rege pelas cláusulas seguintes:

#### **Cláusula 1.ª | Objeto do Auto**

O presente Auto tem por objeto a transferência de recursos do Município de Évora para a Junta de Freguesia de S. Bento do Mato, no que diz respeito às competências transferidas que se enumeram:

- Espaços Verdes (conforme disposto na alínea a) do nº 1 do artigo 2º, do DL 57/2019 de 30 de abril).
- Limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros (conforme disposto na alínea b) do nº 1 do artigo 2º, do DL 57/2019 de 30 de abril).

- Mobiliário urbano (conforme disposto na alínea c) do nº 1 do artigo 2º, do DL 57/2019 de 30 de abril).

- Estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1º ciclo (conforme disposto na alínea e) do nº 1 do artigo 2º, do DL 57/2019 de 30 de abril).

- Envolventes dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1º ciclo (conforme disposto na alínea f) do nº 1 do artigo 2º, do DL 57/2019 de 30 de abril).

#### **Cláusula 2.ª | Forma do Auto**

O presente Auto é celebrado por escrito e composto pelo respetivo clausulado e anexos que dele fazem parte integrante.

#### **Cláusula 3.ª | Disposições e cláusulas por que se rege o Auto**

1. Na execução do presente Auto observar-se-ão:

- a) O respetivo clausulado e o estabelecido em todos os anexos que dele fazem parte integrante;
- b) A Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- c) A Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto;
- d) O Decreto-lei n.º 57/2019, de 30 de abril;

2. Subsidiariamente observar-se-ão, ainda:

- a) As disposições constantes do Código Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e sucessivas alterações legislativas, em especial da sua Parte III, com as devidas adaptações;
- b) O Código do Procedimento Administrativo.

#### **Cláusula 4.ª | Prazo do Auto**

O período de vigência do Auto coincide com o ano de 2022.

#### **Cláusula 5.ª | Fontes de Financiamento e modo de afetação**

Para as competências assumidas pela Junta de Freguesia de S. Bento do Mato definidas na Cláusula Primeira, é atribuído financiamento no montante global de 57.641,27 € (cinquenta e sete mil, seiscentos e quarenta e um euros e vinte e sete centésimos), que se encontra inscrito nas Opções do Plano e Orçamento do Município.

#### **Cláusula 6.ª | Recursos Financeiros**

Os recursos financeiros destinados ao cumprimento deste Auto são disponibilizados pela Primeira Outorgante e transferidos para a Segunda Outorgante com periodicidade mensal, até ao limite máximo anual.

#### **Cláusula 7.ª | Recursos Patrimoniais**

Não são transferidos quaisquer recursos patrimoniais com o presente Auto.

#### **Cláusula 8.ª | Recursos Humanos**

Não são transferidos quaisquer recursos humanos com o presente Auto.

#### **Cláusula 9.ª | Direitos da Primeira Outorgante**

Constituem direitos da Primeira Outorgante:

- a) Acompanhar a transferência dos Recursos nos termos do presente Auto;
- b) Solicitar à Segunda Outorgante informações e documentação.

#### **Cláusula 10.ª | Obrigações da Primeira Outorgante**

No âmbito do presente Auto, a Primeira Outorgante obriga-se a:

- a) Transferir os recursos financeiros indicados na cláusula 6ª;
- b) Verificar o cumprimento da utilização dos Recursos ora transferidos;
- c) Elaborar um relatório anual de análise.

#### **Cláusula 11.ª | Direitos da Segunda Outorgante**

Constituem direitos da Segunda Outorgante:

- a) Receber atempadamente as transferências;
- b) Solicitar à Primeira Outorgante apoio técnico no planeamento da intervenção.









## **Cláusula 11.ª | Direitos da Segunda Outorgante**

Constituem direitos da Segunda Outorgante:

- a) Receber atempadamente as transferências;
- b) Solicitar à Primeira Outorgante apoio técnico no planeamento da intervenção.

## **Cláusula 12.ª | Obrigações da Segunda Outorgante**

No âmbito do presente Auto, a Segunda Outorgante fica obrigada a:

- a) Proceder de forma correta e equilibrada à utilização dos Recursos transferidos;
- b) Pautar toda a sua atuação sob critérios de eficiência, eficácia e economia;
- c) Respeitar e fazer respeitar as normas legais e regulamentares aplicáveis a cada uma das competências;
- d) Entregar à Primeira Outorgante os relatórios a que se refere a Cláusula 14.ª.

## **Cláusula 13.ª | Obrigações adicionais**

Para uma articulação entre a Primeira Outorgante e a Segunda Outorgante, no âmbito do cumprimento deste Auto, podem os representantes indicados por ambas, reunir-se, sempre que necessário, devendo ser elaboradas atas das reuniões.

## **Cláusula 14.ª | Informação a disponibilizar pela Segunda Outorgante**

A Segunda Outorgante deve disponibilizar à Primeira Outorgante Relatório Anual de avaliação de execução dos Recursos.

## **Cláusula 15.ª | Ocorrências e emergências**

A Segunda Outorgante deve comunicar à Primeira Outorgante, imediatamente, por contacto pessoal e por escrito, qualquer anomalia que afete ou possa afetar de forma significativa o objeto do presente Auto.

## **Cláusula 16.ª | Modificação do Auto**

1. - Os recursos previstos neste Auto podem ser alterados por acordo entre o município e a freguesia.
2. A modificação do Auto obedece a forma escrita.

## **Cláusula 17.ª | Reversão**

1. Pode ocorrer a reversão das novas competências transferidas para as freguesias por acordo entre as partes.
2. A reversão das competências produz efeitos em data a acordar entre as partes e implica o regresso dos recursos afetos àquelas competências.

## **Cláusula 18.ª | Caducidade**

1. O Auto caduca nos termos gerais, designadamente pelo decurso do respetivo período de vigência, extinguindo-se as relações contratuais existentes entre as partes.
2. Os recursos previstos no presente Auto mantêm-se para os anos subsequentes, caso não exista deliberação em contrário de algum dos órgãos deliberativos das partes outorgantes.

## **Cláusula 19.ª | Comunicações e notificações**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as Partes Outorgantes, estas deverão ser dirigidas, por escrito, para a sede das partes outorgantes.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do presente Auto deverá ser comunicada à outra parte.

## **Cláusula 20.ª | Contagem dos prazos**

Os prazos previstos neste Auto são contínuos.

## **Cláusula 21.ª | Foro competente**

Para a resolução de quaisquer litígios entre as partes sobre a interpretação e execução deste Auto será competente o Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja, com expressa renúncia a qualquer outro.

## **Cláusula 22.ª | Entrada em vigor**

O presente Auto entra em vigor no dia 1 de janeiro de 2022.

## **Cláusula 23.ª | Cumprimento de obrigações legais**

A despesa a suportar pela primeira outorgante consta das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2021 aprovado em reunião da Assembleia Municipal realizada no dia 18 de dezembro de 2020, foi cabimentado em 13 de julho de 2021 pelo número 2825 e atribuído o número de compromisso 3413/2021.

Feito em duplicado, aos 28 dias do mês de julho de 2021, ficando um original com cada uma das partes outorgantes.

O PRIMEIRO OUTORGANTE

(Carlos Manuel Rodrigues Pinto de Sá)

O SEGUNDO OUTORGANTE

(Florinda da Conceição Mendes Carvalho Russo)

## **AUTO DE TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA O EXERCÍCIO DAS COMPETÊNCIAS TRANSFERIDAS POR LEI N.º 10/2022**

Considerando que:

1 - A Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto - Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais - estabeleceu, no seu Capítulo IV, as novas competências dos órgãos das freguesias.

2 - O seu artigo 38º, n.º 2 identifica as novas competências transferidas pelos municípios.

3 - Por sua vez, o Decreto-lei n.º 57/2019, de 30 de abril concretiza a transferência de competências dos municípios para os órgãos das freguesias.

4 - Quer a Lei n.º 50/2018 (cfr. o seu artigo 39º, n.º 4) quer o Decreto-lei n.º 57/2019 (cfr. o seu artigo 2º, n.º 3) permitem manter as competências transferidas por lei dos municípios para as freguesias na esfera da competência dos municípios.

5 - Estamos perante uma cláusula de salvaguarda que permite à Assembleia Municipal contrariar os efeitos decorrentes da lei de transferência de competências para as freguesias caso nada deliberasse em contrário.

6 - Foi ao abrigo desta cláusula de salvaguarda que a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, no dia 18 de dezembro de 2020, não transferir uma série de competências para cada uma das freguesias.

7 - Por sua vez, o artigo 38º, n.º 5 da Lei n.º 50/2018 estabelece que os recursos financeiros afetos às transferências de novas competências para as freguesias, pelos municípios, provém do orçamento municipal, após deliberação da assembleia municipal e de freguesia, não podendo ser inferiores aos constantes de acordos ou contratos respeitantes às mesmas matérias.

8 - Em concretização desta disposição legal, o Decreto-lei n.º 57/2019 veio estabelecer a tramitação processual adequada à transferência de recursos (não de competências, porque essas operaram-se direta e automaticamente por lei) que acompanham as novas competências das freguesias transferidas pelos municípios.

9 - A câmara municipal e cada uma das juntas de freguesia acordaram uma proposta para a transferência de recursos para as freguesias, com vista ao exercício das competências transferidas pelo município, a qual deve conter a indicação dos recursos humanos e/ou patrimoniais e/ou financeiros que, **anualmente**, são transferidos para cada uma das freguesias na decorrência da transferência das



competências.

10 - A proposta para a transferência de recursos foi aprovada em reunião da Câmara Municipal de Évora realizada em 19/05/2021 e da Junta de Freguesia de São Miguel de Machede realizada em 07/06/2021.

11 - A proposta para a transferência de recursos foi aprovada em reunião da Assembleia Municipal de Évora realizada em 25/06/2021 e da Assembleia da Junta de Freguesia de São Miguel de Machede, realizada em 28/06/2021.

12 - A negociação prévia obedeceu aos princípios da igualdade, da não discriminação, da estabilidade, da prossecução do interesse público, da continuidade da prestação do serviço público e da necessidade e suficiência dos recursos.

13 - A presente transferência de recursos tem como objetivos a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis.

14 - A presente transferência de recursos abrange os domínios dos interesses próprios das populações das freguesias.

15 - É convicção deste município de que as freguesias do concelho de Évora garantem uma prestação serviços de qualidade às suas populações, através de uma utilização racional dos recursos que para tanto lhes são disponibilizados.

16 - A avaliação relativamente à execução dos Acordos de Execução celebrados com as juntas de freguesia do concelho de Évora em anos anteriores se revelou francamente positiva.

17 - O município de Évora promoveu os estudos necessários, assegurando que a concretização desta transferência de recursos assegura a demonstração dos seguintes requisitos:

- O não aumento da despesa pública global;
- O aumento da eficiência da gestão dos recursos pelas freguesias;
- Os ganhos de eficácia do exercício das competências pelas freguesias;
- O cumprimento dos objetivos de aproximação das decisões aos cidadãos, a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis;
- A articulação entre os diversos níveis da administração pública.

18 - As transferências de competências têm caráter universal, sendo diferenciadas em função da natureza e dimensão das freguesias, considerando a sua população e capacidade de execução.

É pois, à luz deste novo formato jurídico que agora é presente e abaixo transcrita a minuta de Auto de Transferência de recursos que acompanham as novas competências das freguesias transferidas dos municípios por Lei.

Entre o Município de Évora, do Pessoa Coletiva de Direito Público número 504 828 576, com sede na Praça do Sertório, Paços do Concelho, em Évora, representada pelo seu Presidente Carlos Manuel Rodrigues Pinto de Sá, como Primeira Outorgante,

E

a Freguesia de São Miguel de Machede, Pessoa Coletiva de Direito Público número 506886999 com sede no Largo Manuel José Nico, nº 1, em São Miguel de Machede, representada pelo seu Presidente Luis Miguel Caoiro Nico Ramalho, como Segunda Outorgante, é celebrado, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 6.º do Decreto-lei n.º 57/2019, de 30 de abril, o presente **Auto de Transferência de Recursos para o ano 2022**, que se rege pelas cláusulas seguintes:

#### **Cláusula 1.ª | Objeto do Auto**

O presente Auto tem por objeto a transferência de recursos do Município de Évora para a Junta de Freguesia de São Miguel de Machede, no que diz respeito às competências transferidas que se enumeram:

- Espaços Verdes (conforme disposto na alínea a) do nº 1 do artigo 2º, do DL 57/2019 de 30 de abril).
- Limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros (conforme disposto na alínea b) do nº 1 do artigo 2º, do DL 57/2019 de 30 de abril).
- Mobiliário urbano (conforme disposto na alínea c) do nº 1 do artigo 2º, do DL 57/2019 de 30 de abril).
- Estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1º ciclo (conforme disposto na alínea e) do nº 1 do artigo 2º, do DL 57/2019 de 30 de abril).
- Envolventes dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1º ciclo (conforme disposto na alínea f) do nº 1 do artigo 2º, do DL 57/2019 de 30 de abril).

#### **Cláusula 2.ª | Forma do Auto**

O presente Auto é celebrado por escrito e composto pelo respetivo clausulado e anexos que dele fazem parte integrante.

#### **Cláusula 3.ª | Disposições e cláusulas por que se rege o Auto**

1. Na execução do presente Auto observar-se-ão:

- a) O respetivo clausulado e o estabelecido em todos os anexos que dele fazem parte integrante;
- b) A Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- c) A Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto;
- d) O Decreto-lei n.º 57/2019, de 30 de abril;

2. Subsidiariamente observar-se-ão, ainda:

- a) As disposições constantes do Código Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e sucessivas alterações legislativas, em especial da sua Parte III, com as devidas adaptações;
- b) O Código do Procedimento Administrativo.

#### **Cláusula 4.ª | Prazo do Auto**

O período de vigência do Auto coincide com o ano de 2022.

#### **Cláusula 5.ª | Fontes de Financiamento e modo de afetação**

Para as competências assumidas pela Junta de Freguesia de São Miguel de Machede definidas na Cláusula Primeira, é atribuído financiamento no montante global de 38.098,00€ (trinta e oito mil, noventa e oito euros), que se encontra inscrito nas Opções do Plano e Orçamento do Município.

#### **Cláusula 6.ª | Recursos Financeiros**

Os recursos financeiros destinados ao cumprimento deste Auto são disponibilizados pela Primeira Outorgante e transferidos para a Segunda Outorgante com periodicidade mensal, até ao limite máximo anual.

#### **Cláusula 7.ª | Recursos Patrimoniais**

Não são transferidos quaisquer recursos patrimoniais com o presente Auto.

#### **Cláusula 8.ª | Recursos Humanos**

Não são transferidos quaisquer recursos humanos com o presente Auto.

#### **Cláusula 9.ª | Direitos da Primeira Outorgante**

Constituem direitos da Primeira Outorgante:

- a) Acompanhar a transferência dos Recursos nos termos do presente Auto;
- b) Solicitar à Segunda Outorgante informações e documentação.

#### **Cláusula 10.ª | Obrigações da Primeira Outorgante**

No âmbito do presente Auto, a Primeira Outorgante obriga-se a:







guesias, com vista ao exercício das competências transferidas pelo município, a qual deve conter a indicação dos recursos humanos e/ou patrimoniais e/ou financeiros que, **anualmente**, são transferidos para cada uma das freguesias na decorrência da transferência das competências.

10 - A proposta para a transferência de recursos foi aprovada em reunião da Câmara Municipal de Évora realizada em 19/05/2021 e da União de Freguesias de São Sebastião da Giesteira e Nossa Senhora da Boa-Fé realizada em 16/06/2021.

11 - A proposta para a transferência de recursos foi aprovada em reunião da Assembleia Municipal de Évora realizada em 25/06/2021 e da Assembleia da União de Freguesias de São Sebastião da Giesteira e Nossa Senhora da Boa-Fé, realizada em 19/06/2021.

12 - A negociação prévia obedeceu aos princípios da igualdade, da não discriminação, da estabilidade, da prossecução do interesse público, da continuidade da prestação do serviço público e da necessidade e suficiência dos recursos.

13 - A presente transferência de recursos tem como objetivos a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis.

14 - A presente transferência de recursos abrange os domínios dos interesses próprios das populações das freguesias.

15 - É convicção deste município de que as freguesias do concelho de Évora garantem uma prestação serviços de qualidade às suas populações, através de uma utilização racional dos recursos que para tanto lhes são disponibilizados.

16 - A avaliação relativamente à execução dos Acordos de Execução celebrados com as juntas de freguesia do concelho de Évora em anos anteriores se revelou francamente positiva.

17 - O município de Évora promoveu os estudos necessários, assegurando que a concretização desta transferência de recursos assegura a demonstração dos seguintes requisitos:

- O não aumento da despesa pública global;
- O aumento da eficiência da gestão dos recursos pelas freguesias;
- Os ganhos de eficácia do exercício das competências pelas freguesias;
- O cumprimento dos objetivos de aproximação das decisões aos cidadãos, a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis;
- A articulação entre os diversos níveis da administração pública.

18 - As transferências de competências têm caráter universal, sendo diferenciadas em função da natureza e dimensão das freguesias, considerando a sua população e capacidade de execução.

É pois, à luz deste novo formato jurídico que agora é presente e abaixo transcrita a minuta de Auto de Transferência de recursos que acompanham as novas competências das freguesias transferidas dos municípios por Lei.

Entre o Município de Évora, do Pessoa Coletiva de Direito Público número 504 828 576, com sede na Praça do Sertório, Paços do Concelho, em Évora, representada pelo seu Presidente Carlos Manuel Rodrigues Pinto de Sá, como Primeira Outorgante,

E a União de Freguesias de São Sebastião da Giesteira e Nossa Senhora da Boa-Fé, Pessoa Coletiva de Direito Público número 510839983 com sede na Rua da Escola, nº 5, em São Sebastião da Giesteira, representada pelo seu Presidente António Joaquim Pereira Maduro, como Segunda Outorgante, é celebrado, nos termos e

para os efeitos do disposto no artigo 6.º do Decreto-lei n.º 57/2019, de 30 de abril, o presente **Auto de Transferência de Recursos para o ano 2022**, que se rege pelas cláusulas seguintes:

#### **Cláusula 1.ª | Objeto do Auto**

O presente Auto tem por objeto a transferência de recursos do Município de Évora para a União de Freguesias de São Sebastião da Giesteira e Nossa Senhora da Boa-Fé, no que diz respeito às competências transferidas que se enumeram:

- Espaços Verdes (conforme disposto na alínea a) do nº 1 do artigo 2º, do DL 57/2019 de 30 de abril).
- Limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros (conforme disposto na alínea b) do nº 1 do artigo 2º, do DL 57/2019 de 30 de abril).
- Mobiliário urbano (conforme disposto na alínea c) do nº 1 do artigo 2º, do DL 57/2019 de 30 de abril).
- Estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1º ciclo (conforme disposto na alínea e) do nº 1 do artigo 2º, do DL 57/2019 de 30 de abril).
- Envolventes dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1º ciclo (conforme disposto na alínea f) do nº 1 do artigo 2º, do DL 57/2019 de 30 de abril).

#### **Cláusula 2.ª | Forma do Auto**

O presente Auto é celebrado por escrito e composto pelo respetivo clausulado e anexos que dele fazem parte integrante.

#### **Cláusula 3.ª | Disposições e cláusulas por que se rege o Auto**

1. Na execução do presente Auto observar-se-ão:

- a) O respetivo clausulado e o estabelecido em todos os anexos que dele fazem parte integrante;
- b) A Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- c) A Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto;
- d) O Decreto-lei n.º 57/2019, de 30 de abril;

2. Subsidiariamente observar-se-ão, ainda:

- a) As disposições constantes do Código Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e sucessivas alterações legislativas, em especial da sua Parte III, com as devidas adaptações;
- b) O Código do Procedimento Administrativo.

#### **Cláusula 4.ª | Prazo do Auto**

O período de vigência do Auto coincide com o ano de 2022.

#### **Cláusula 5.ª | Fontes de Financiamento e modo de afetação**

Para as competências assumidas pela União de Freguesias de São Sebastião da Giesteira e Nossa Senhora da Boa-Fé definidas na Cláusula Primeira, é atribuído financiamento no montante global de 56.750,11€ (cinquenta e seis mil, setecentos e cinquenta euros e onze centimos), que se encontra inscrito nas Opções do Plano e Orçamento do Município.

#### **Cláusula 6.ª | Recursos Financeiros**

Os recursos financeiros destinados ao cumprimento deste Auto são disponibilizados pela Primeira Outorgante e transferidos para a Segunda Outorgante com periodicidade mensal, até ao limite máximo anual.

#### **Cláusula 7.ª | Recursos Patrimoniais**

Não são transferidos quaisquer recursos patrimoniais com o presente Auto.

#### **Cláusula 8.ª | Recursos Humanos**

Não são transferidos quaisquer recursos humanos com o presente Auto.

#### **Cláusula 9.ª | Direitos da Primeira Outorgante**

Constituem direitos da Primeira Outorgante:



1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as Partes Outorgantes, estas deverão ser dirigidas, por escrito, para a sede das partes outorgantes.

8 - Em concretização desta disposição legal, o Decreto-lei n.º 57/2019 veio estabelecer a tramitação processual adequada à transferência de recursos (não de competências, porque essas







(Lúcio Gabriel Ludovico Guerreiro)



#### FICHA TÉCNICA

PROPRIEDADE	Município de Évora
DIRETOR	Carlos Pinto de Sá
EDIÇÃO	Câmara Municipal de Évora
COORDENAÇÃO	Divisão de Comunicação
TIRAGEM	100 exemplares
DESIGN	Divisão de Comunicação
IMPRESSÃO	Câmara Municipal de Évora
DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	Praça do Sertório, 7004-506 Évora   Tel. 266 777 000   Fax. 266 702 950   Email. cmevora@cm-evora.pt